



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Parecer Técnico nº 01/2015/CTPNRH/CNRH/MMA

Assunto: Implementação do Plano nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015

1. INTRODUÇÃO

1. O Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, com o **objetivo geral** de “*estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas, voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social*”; e com os seguintes **objetivos estratégicos**:

- *a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade;*
- *a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos;*
- *a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante (MMA, 2006).*

2. Conforme o art. 35, inciso IX, da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos “*acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas*”.

3. A Resolução CNRH nº 58, de 2006, que “*aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências*”, estabelece em seu art. 3º que a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em articulação com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH e apoio da ANA, deverá proceder à revisão do PNRH a cada quatro anos, para orientar a elaboração dos Planos Plurianuais - PPAs federal, estaduais e distrital e seus respectivos orçamentos anuais.

4. A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH) tem como atribuição “*acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, sua implementação e suas revisões*”, conforme Resolução CNRH nº 94, de 5 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, 10 de junho de 1999.

5. Nos anos de 2010 e 2011 foi realizada a primeira revisão do PNRH, que envolveu consultas públicas nas 12 Regiões Hidrográficas Nacionais e um Encontro Nacional. Esta primeira revisão teve como foco o Volume IV do PNRH (Programas Nacionais e Metas), e seu resultado está consolidado no documento Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015, aprovado por meio da Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011.

6. Cabe ressaltar que a Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012, que *“estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013-2015”*, define que está se dará, excepcionalmente, até 2015, conforme as prioridades do PNRH definidas na Resolução CNRH nº 135, de 2011.

7. Por meio da Resolução CNRH nº 148, de 13 de dezembro de 2012, foi aprovado o detalhamento operativo do Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integradas ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. No momento estão em andamento as tratativas entre SRHU e ANA para a sua implementação. A ANA coordenou a elaboração do Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino - Lagunar Mundaú - Manguaba e de estudo de modelagem de qualidade de água na referida bacia hidrográfica, que é uma das três bacias pilotos propostas pelo Programa em referência, os quais poderão servir como subsídio para a implementação do Programa IX.

8. Este Parecer foi elaborado com base no Informe sobre a Implementação do PNRH no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015, elaborado pela SRHU/MMA (2015), com a colaboração da Agência Nacional de Águas - ANA e da CTPNRH, que apresenta a situação das 22 Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) para 2012-2015.

9. Considerando que os indicadores de monitoramento e avaliação da implementação das Prioridades do PNRH até o momento não foram definidos pelas duas instituições, conforme previsto no documento *“Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”*, a análise sobre a implementação da prioridade e as recomendações da CTPNRH tiveram como base as informações sobre o atendimento ao objetivo da prioridade e das recomendações do processo de consulta ao SINGREH (2011) durante a primeira revisão do PNRH. Avaliou-se também o atendimento das respectivas metas definidas no PPA 2012-2015. No Anexo I são apresentadas tabelas com informações sobre a execução orçamentária relacionada ao PNRH no PPA e orçamento do governo federal.

10. A seguir, são apresentadas as 22 Prioridades do PNRH, sua relação com os Programas e Subprogramas do volume IV do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o objetivo e os executores, a meta prevista no PPA Federal, as recomendações da consulta ao SINGREH em relação a cada prioridade, a análise da CTPNRH sobre a implementação e, por fim, as recomendações da CTPNRH. Além disso no item são apresentadas conclusões e recomendações finais da CTPNRH.

2. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRIORIDADES DO PNRH PARA 2012-2015.

2.1. Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.

2.1.1 Descrição

11. Esta prioridade contribui para a implementação dos Subprogramas II.1 – Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH e II.2 – Apoio à Organização dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, do Programa II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil. O objetivo é *“apoiar o planejamento participativo e descentralizado da gestão de recursos hídricos, por meio da criação de novos Comitês de Bacia e do fortalecimento institucional dos Comitês já existentes”*. Os executores desta ação são a ANA, os Órgãos Gestores Estaduais e as Agências de Bacia.

2.1.2 Meta PPA 2012-2015

12. A Meta no PPA 2012-2015 é consolidar o funcionamento de 05 Comitês em bacias de rios de domínio da União. Os CBHs previstos no PPA foram: Piancó-Piranhas-Açu, São Francisco, Doce, Paranaíba e Grande.

2.1.3 Recomendações da consulta ao SINGREHem 2011

13. As recomendações da consulta ao SINGREHem 2011 foram: i) Definir bacias hidrográficas prioritárias para o fomento à criação de CBHs, considerando o mapa de gestão de recursos hídricos (Resolução CNRH nº 109 de 2010); ii) Mobilizar os atores para a implantação dos Comitês, em especial nas regiões: Tocantins-Araguaia, Uruguai, Parnaíba e Mampituba; e iii) Prever recursos financeiros para custeio dos CBHs nos PPAs do Governo Federal e dos Governos Estaduais e fortalecer os CBHs já criados, visando à sua sustentabilidade.

2.1.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

14. Conforme o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) observa-se que houve avanços na criação de novos Comitês de Bacia e no apoio institucional aos Comitês já existentes. No período de 2012 a 2014, a atuação da ANA esteve voltada a apoiar o funcionamento dos nove comitês interestaduais em funcionamento (Paranaíba do Sul, São Francisco, Doce, PCJ, Paranaíba, Verde Grande, Piancó-Piranhas-Açu, Grande e Paranapanema).

15. A meta da ANA no PPA Federal 2012-2015, Programa 2026: Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos, consiste em “*consolidar o funcionamento de 5 comitês em bacias de rios de domínio da União*”, os das bacias do São Francisco, Doce, Paranaíba, Grande e Piancó-Piranhas-Açu. A apuração da meta se refere ao Comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações pertinentes às suas atribuições. No período de 2012-2014 houve a instalação do CBH Grande e os demais CBHs previstos na meta, já instalados, se reuniram e emitiram deliberações. Pode-se considerar, portanto, que os cinco CBHs previstos encontram-se consolidados.

16. Com relação as recomendações da consulta ao SINGREH em 2011: i) não foram definidas bacias hidrográficas prioritárias para o fomento à criação de CBHs, considerando o mapa de gestão de recursos hídricos (Resolução CNRH nº 109, de 2010); ii) encontra-se em andamento o processo de mobilização para a instalação do CBH Uruguai; e iii) o tema da sustentabilidade financeira das entidades delegatórias está na pauta da CTCOB/CNRH. Observamos que o Informe não explicita quais os critérios que seriam utilizados de priorização.

17. Ainda em relação à criação de CBHs Interestaduais, cabe destacar que a Resolução nº 101, 14 de abril de 2009, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins-Araguaia, e a Resolução nº 128, de 29 de junho de 2011, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas, as quais estabelecem que sejam criados os colegiados gestores desses Planos, visando à gradual criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Tocantins-Araguaia e dos afluentes da Margem Direita do Amazonas.

18. Por outro lado, o grupo de acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, definido pela Resolução CNRH nº 152/2013, que decidiu pela elaboração do PRH Paraguai, realizou sua primeira reunião em dezembro de 2014.

2.1.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

19. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Priorizar ações voltadas à consolidação e funcionamento dos comitês existentes, notadamente com respeito ao custeio das entidades delegatárias e ao funcionamento das secretarias

executivas;

- Estabelecer norma do CNRH para orientar repasse de recursos arrecadados com a cobrança do setor elétrico, visando à sustentabilidade dos comitês e suas respectivas entidades delegatárias ou secretarias executivas;
- Atender ao previsto nas Resoluções CNRH n^{os} 101 e 128 no que se refere à instalação dos colegiados gestores desses Planos, visando à gradual criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, respectivamente, da bacia do Tocantins-Araguaia e das bacias de afluentes da Margem Direita do Amazonas;
- Definir as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de rios de domínio da União na Região Hidrográfica Amazônica em atendimento ao disposto na Resolução n^o 109, 13 de abril de 2010;
- Definir os critérios de priorização das bacias para o fomento da criação de comitês de bacia, considerada a necessidade de articulação e governança entre Governo Federal, Governos Estaduais e Distrital.

2.2. Ampliação do cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos

2.2.1 Descrição

20. Esta prioridade está associada à implementação dos Subprogramas III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários e III.2 – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é *“promover, de forma coordenada com os órgãos estaduais, o amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país”*. Os executores são a ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.2.2 Meta PPA 2012-2015:

21. A Meta no PPA 2012-2015 é ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados.

2.2.3 Recomendações da consulta ao SINGREHao SINGREH em 2011

22. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Identificar as bacias hidrográficas e regiões prioritárias para o cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas; ii) Cadastrar os usos e usuários nas bacias prioritizadas; iii) Avançar no cadastramento de efluentes; e iv) Integrar o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e Cadastros dos Estados.

2.2.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

23. As informações apresentadas no Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) mostram os avanços no número de usuários cadastrados e regularizados pela ANA, como também de estudos e ações em andamento que resultarão no cadastramento, com o maior nível de detalhamento possível, das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), por meio do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas e da integração do Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) com os Cadastros dos Estados, através do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão.

24. Até o primeiro semestre de 2014 foram regularizados 10.242 usuários, o equivalente a 95% da meta do período, com base nestes números podemos considerar o atendimento a meta do PPA-2012-2014 adequado, mas importante que esta ação continue. Não há informações sobre a identificação das bacias e regiões prioritárias.

2.2.5.Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

25. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Estabelecer estratégia para o cadastramento e regularização dos usos e usuários, com metas definidas tendo em vista preferencialmente as bacias prioritárias e desagregadas de acordo com a criticidade das bacias;
- Dar continuidade ao processo de cadastramento e regularização dos usos e usuários, com a realização de campanhas sincronizadas de cadastramento dos usuários de rios de domínio dos Estados e do Distrito Federal e da União;
- Avançar no cadastramento de efluentes, adotando como referência o “Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas”, em desenvolvimento pela ANA em parceria com o Ministério das Cidades.

2.3. Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.

2.3.1 Descrição:

26. Esta prioridade contribui para a implementação dos Subprogramas III.2 - Rede hidrológica quali-quantitativa nacional e III.3 - Processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é *“consolidar uma adequada rede de monitoramento hidrológico para a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre as disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas do país nas diversas bacias e regiões, assegurando que os dados coletados sejam efetivamente processados e interpretados e subsidiem decisões acerca da gestão dos recursos hídricos, além de devidamente armazenados e difundidos entre todos os segmentos interessados”*. Os executores são a ANA e as entidades que operam as estações hidrometeorológicas.

2.3.2 Meta PPA 2012-2015:

27. A Meta no PPA 2012-2015 é modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional.

2.3.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

28. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Identificar bacias hidrográficas e regiões prioritárias para implantação ou ampliação do monitoramento quali-quantitativo; ii) Definir estratégia de ampliação da rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias e regiões prioritárias; iii) Realizar a manutenção e modernização das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes; iv) Promover a integração das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes, por meio de convênios ou acordos de cooperação com entidades responsáveis por redes de monitoramento, buscando sua otimização pela eliminação da sobreposição de pontos monitorados e agregação das informações geradas.

2.3.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

29. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) apresenta dados sobre os avanços em termos de modernização da rede, mas não apresenta informações e nem referências sobre os critérios para priorização, estratégias de ampliação da rede e das integrações das redes de monitoramento. Até agosto de 2014, o número de estações modernizadas foi de 826 Estações da Rede Hidrometeorológica Nacional, o que corresponde a 83% da meta do PPA 2012-2015.

30. Para 2015, está prevista a modernização de 150 estações hidrometeorológicas, totalizando 1.026 estações. Portanto acima da meta prevista no PPA-2012-2015. Em relação ao monitoramento da qualidade dos recursos hídricos do País, foi criada em 2013 a Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas (RNQA) que tem como objetivo principal melhorar a informação sobre qualidade de água no País, padronizando o monitoramento e permitindo avaliações mais adequadas da tendência de evolução da qualidade das águas superficiais (Resolução ANA nº 903, de 2013).

31. Além disso, a ANA criou o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA (Resolução ANA nº 1040, de 2014) que tem como objetivos principais promover a implementação da RNQA, estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no País e contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos gestores para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade aos dados gerados.

2.3.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

32. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Continuar com a operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Nacional e com a modernização de estações e equipamentos;
- Alinhar os critérios, entre os entes envolvidos, para a priorização de bacias hidrográficas para implantação ou ampliação do monitoramento quali-quantitativo;
- Ampliar a rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias hidrográficas com trechos críticos e aquíferos prioritários, para apoiar a gestão dos recursos hídricos, em particular, o enquadramento;
- Integrar as informações das diferentes redes de monitoramento, dentre as quais as mantidas pelos setores usuários, e disponibilizar as informações geradas ao acesso público

2.4. Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH

2.4.1 Descrição

33. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “*consolidar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, complementando dados e lacunas, e, principalmente, assegurando a interlocução com sistemas similares instalados nos Estados e/ou em bacias determinadas*”. Os seus executores são a ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.4.2 Metas PPA 2012-2015

34. Não há meta formalizada no PPA 2012-2015.

2.4.3 Recomendações da consulta ao SINGREH ao SINGREH em 2011

35. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Complementar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH; ii) Implementar os Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos; e iii) Fazer a integração dos Sistemas Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos.

2.4.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

36. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) traz informações sobre as atividades de

manutenção e atualização dos Subsistemas do SNIRH. Em particular cabe destacar o desenvolvimento do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos CNARH40, aplicativo de recebimento e gerenciamento dos dados de outorgas dos Estados, para atendimento ao Programa PROGESTÃO, atendendo à Resolução CNRH nº 126, de 30 de junho de 2011, que aprova diretrizes para o cadastro e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

2.4.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

37. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Estabelecer metas junto aos Estados e ao DF, dando prioridade às bacias hidrográficas onde há planos de recursos hídricos, ou conflitos instalados;
- Manter os Sistemas de Informação com dados atualizados;
- Disponibilizar módulos de compatibilização e integração do SNIRH, dos Sistemas dos Estados e do Distrito Federal;
- Capacitar as equipes responsáveis pela integração dos Sistemas de Informação

2.5. Elaboração de Planos de Recursos Hídricos

2.5.1 Descrição

38. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “promover a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados na elaboração de seus planos e de planos de bacias de rios estaduais”. Os executores e intervenientes são a ANA, SRHU-MMA, Órgãos Gestores Estaduais, Comitês e Agências de Bacia.

2.5.2 Metas PPA 2012-2015:

39. As Metas no PPA 2012-2015 relacionadas com esta prioridade são as seguintes:

- Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos;
- Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias;
- Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos da viabilidade da cobrança (bacias do Grande, Verde Grande e Paranaíba)

2.5.3 Recomendações da consulta ao SINGREH ao SINGREH em 2011

40. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Apoiar a elaboração dos Planos de Bacias onde existem Comitês; ii) Apoiar a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos; e iii) Desenvolver metodologia para a definição de critérios para o delineamento de áreas para a conservação da biodiversidade aquática (ecorregiões aquáticas), visando orientar o planejamento de recursos hídricos.

2.5.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

41. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) apresenta a atuação da ANA e da SRHU na elaboração de planos de recursos hídricos.

42. O MMA/SRHU está apoiando os Estados do Amazonas (AM), Goiás(GO), Maranhão(MA), Pará (PA) e Rondônia (RO) na elaboração dos seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs). O Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos (PGIRH) do DF foi aprovado pelo CRH em 2012. Em 2014, o anteprojeto de lei do PERH/RS foi aprovado no CERH/RS e encaminhado ao legislativo do Estado.

43. Os CBHs do Paranapanema, Grande e Piranhas-Açu estão elaborando, em conjunto com a ANA, os respectivos planos de recursos hídricos. Além disso, a ANA deu início a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. É importante a continuidade dessas atividades no planejamento do Governo Federal.

44. O Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio Grande foi aprovado em 2010. Em 2013 foi aprovado do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba. Em 2014 foi aprovado o termo de referência para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Grande.

44. Não há nenhuma informação com relação ao desenvolvimento de metodologia para a definição de critérios para o delineamento de áreas para a conservação da biodiversidade aquática (ecorregiões aquáticas), visando orientar o planejamento de recursos hídricos, no que se refere a propostas de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

2.5.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

45. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Desenvolver critérios para a priorização da elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas onde não existem Comitês;
- Implementar, revisar e atualizar os planos, em particular onde não existem Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme Resoluções CNRH nº 101/2009, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins-Araguaia; 128/2011, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas e 145/2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas;
- Definir metodologia para delineamento de áreas sujeitas à restrição de uso, considerando as especificidades locais, com vistas à proteção dos recursos hídricos e conservação da biodiversidade aquática (ecorregiões aquáticas), visando orientar o planejamento de recursos hídricos,
- Avaliar a efetividade dos planos de recursos hídricos e propor novas estratégias de implementação;
- Incluir a variável de mudanças climáticas na elaboração de cenários dos planos de recursos hídricos;
- Reforçar a implementação dos instrumentos, prevendo ações efetivas para tal;
- Contemplar nos planos a avaliação da segurança hídrica e propor medidas de prevenção, mitigação dos riscos hídricos, considerando as mudanças climáticas, onde couber;
- Estabelecer indicadores para avaliação e acompanhamento da implantação dos Planos.
-

2.6. Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.

2.6.1 Descrição:

46. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo

é “promover a elaboração de propostas de enquadramento de corpos d’água em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados na elaboração de suas propostas, em bacias de domínio estadual”. Os executores são a ANA, Órgãos Gestores Estaduais, Comitês e Agências de Bacia.

2.6.2 Meta PPA 2012-2015:

47. Não há meta formalizada.

2.6.3 Recomendações da consulta ao SINGREH ao SINGREH em 2011

48. A recomendação da consulta ao SINGREH em 2011 foi de definir metodologias para a estimativa dos impactos de cargas difusas em corpos d'água

2.6.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

49. Conforme o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) foi elaborada e encontra-se em discussão, no âmbito do Comitê e dos CRHs estaduais/distrital, a proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia do Rio Paranaíba. Estão em andamento estudos para subsidiar a proposta de enquadramento para os corpos d'água da bacia do Rio Piranhas-Açu. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná aprovou o enquadramento dos corpos de água da área de atuação do Comitê do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. Os CERHs do RS e DF aprovaram o enquadramento de águas superficiais de rios sob sua dominialidade.

50. No âmbito SRHU/MMA, foi inserida a ação: “Avaliação do instrumento enquadramento dos corpos hídricos na Política Nacional de Recursos Hídricos e concepção de estratégias para promover o enquadramento dos corpos hídricos” no planejamento estratégico para o período 2014-2022. Até o momento poucos rios foram enquadrados com base na Lei nº 9.433, de 1997.

2.6.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

51. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Estabelecer normas complementares para a elaboração, análise e aprovação de propostas de enquadramento, incluindo a questão da articulação com os Estados e o DF, e a definição de metas intermediárias;
- Apoiar a realização de seminários e oficinas para discussão do instrumento enquadramento dos corpos d'água, para a consolidação e disseminação de conceitos e bases legais aplicáveis, bem como de requisitos mínimos de sistema de informações e de monitoramento qualitativo;
- Definir metodologia para a estimativa do lançamento das cargas difusas em corpos d'água, provenientes da agropecuária, drenagem urbana e disposição de resíduos sólidos, com a adoção de bacia piloto para avaliação da metodologia.

2.7. Definição de critérios de outorga para diferentes situações

2.7.1 Descrição

52. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “avançar e consolidar a metodologia e o sistema de outorga de direitos de uso da água e apoiar esforços similares nas unidades federadas, assegurando consistência de critérios e metodologias e subsidiando a consolidação da sistemática de outorga em todo o território nacional”. Os executores são a ANA e os órgãos outorgantes estaduais.

2.7.2 Meta PPA 2012-2015

53. Não há meta formalizada.

2.7.3 Recomendações da consulta SINGREH em 2011

54. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Definir critérios de outorga para rios intermitentes; ii) Definir critérios de outorga para águas subterrâneas; iii) Definir critérios e procedimentos conjuntos e articulados entre os Estados que compartilham um mesmo aquífero; e iv) Levar em conta as especificidades regionais na definição de critérios de outorga.

2.7.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

55. Conforme o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), atendem aos objetivos desta prioridade:

- a Resolução CNRH nº 140, de 21 de março de 2012, que “*estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais*”;
- a Resolução CNRH nº 141, de 10 de julho de 2012, que “*estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências*”;
- a Resolução ANA nº 1041, de 19 de agosto de 2013, que define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como prazos de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos’ e o
- o Manual de Procedimentos Técnicos e Administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, disponível no site da ANA.

2.7.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

56. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Dar continuidade às ações de harmonização do instrumento de outorga, priorizando bacias com problemas de escassez;
- Implementar as ações previstas no Detalhamento do Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integradas ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH no que se refere a integração dos respectivos instrumentos;
- Definir critérios e procedimentos de outorga para água superficiais e subterrâneas, como também para as regiões onde há interferência entre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos considerando a necessária articulação entre Governo Federal e Unidades da Federação, particularmente no caso de compartilhamento de aquífero;
- Estabelecer normas e critérios gerais para a alocação de água;
- Estabelecer regras e normativos que dêem segurança jurídica para adoção da prática de redundância de captação de água, como uma das possíveis alternativas para os programas de contingenciamento no âmbito empresarial.

2.8. Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia

2.8.1 Descrição

57. Esta atividade contribui para a implementação do Subprograma III.7 - Aplicação de

instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “empreender estudos sobre alternativas na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, com foco na conscientização do usuário da água”. Os executores são a ANA, Órgãos Gestores Estaduais e Agências de Bacia.

2.8.2 Meta PPA 2012-2015:

58. Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos da viabilidade da cobrança(bacias do Grande, Verde Grande e Paranaíba)

2.8.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

59. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Identificar as bacias hidrográficas prioritárias para a implantação da cobrança pelo uso da água; e ii) Implantar a cobrança nas bacias prioritárias onde esse instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia.

2.8.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

60. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015)foi implementada a cobrança no CBH-Doce e foram elaborados estudos para subsidiar a cobrança nos CBHs Paranaíba e Grande.A implementação da cobrança encontra-se em discussão no CBH Verde Grande.

2.8.5 Recomendações da CTPNRH:

61. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Estabelecer normas com critérios objetivos e transparentes para a formação dos preços, avaliação do impacto nos setores usuários, mecanismos de incentivo a conservação dos recursos hídricos, conteúdo mínimo para estudos de fundamentação da cobrança e suas revisões, bem como para o processo de implantação nos comitês;
- Assegurar o uso da cobrança como instrumento de gestão.

2.9. Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas

2.9.1 Descrição:

62. Esta prioridade contribui para a implementação Subprograma III.5 - Subprograma nacional de fiscalização do uso de recursos hídricos, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “organizar ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos”. Os executores são a ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.9.2 Meta PPA 2012-2015:

63. Não há meta formalizada.

2.9.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

64. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram:i) Desenvolver capacidade institucional e técnica para a fiscalização nos Estados, por meio da parceria entre órgãos; e ii) Melhorar e ampliar a infraestrutura de fiscalização dos órgãos estaduais.

2.9.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

65. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) a ANA atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-

quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Ademais, para o atendimento a denúncias específicas e na fiscalização de barragens, em atendimento a Lei nº 12.334/2010 que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. O Informe apresenta o número de campanhas realizadas, muitas delas realizadas em conjunto com os estados.

2.9.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

66. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Apoiar o desenvolvimento da capacidade institucional e técnica para a fiscalização nos Estados e DF, visando integrar informações, monitoramento e sistemas de apoio a decisão;
- Incentivar o automonitoramento (autodeclaração) de água utilizada pelo usuário e visita aleatória de fiscalização.

2.10. Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no SINGREH.

2.10.1 Descrição

67. Esta prioridade contribui para a implementação Subprograma II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos, do Programa II - Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil. O objetivo é *“promover a ampliação e a coordenação de fontes de financiamento à gestão dos recursos hídricos, estruturando de modo adequado condicionantes para linhas de crédito”*. Os executores são a SRHU, ANA, Órgãos Gestores Estaduais, CERHs, CNRH.

2.10.2 Meta PPA 2012-2015

68. Não há meta formalizada.

2.10.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

69. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Identificar fontes de receita para a sustentabilidade financeira das ações de gestão de recursos hídricos, considerando os recursos oriundos da compensação financeira paga pelo setor elétrico; ii) Revisar o arcabouço legal relativo à sustentabilidade financeira de Fundos de Recursos Hídricos; iii) Adequar os órgãos gestores estaduais para a gestão desses Fundos de Recursos Hídricos; e iv) Implementar os fundos de recursos hídricos com identificação e viabilização dos mecanismos de sustentabilidade.

2.10.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

70. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) não apresenta informações sobre a implementação desta prioridade.

2.10.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

71. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Garantir as prioridades de investimento do CTHIDRO em pesquisa e inovação para fortalecimento do SINGREH;
- Identificar e apoiar a diversificação de fontes de receitas para a sustentabilidade econômico-financeira na gestão dos recursos hídricos, considerando inclusive os recursos oriundos da compensação financeira paga pelo setor elétrico;

- Revisar o arcabouço legal relativo à sustentabilidade financeira e Fundos de Recursos Hídricos;
- Adequar os órgãos gestores estaduais e distrital para a gestão dos Fundos de Recursos Hídricos;
- Apoiar a implementação dos fundos de recursos hídricos, com vistas à melhor gestão e transparência dos mesmos;
- Acompanhar formal e sistematicamente a aplicação dos recursos dos Fundos de Recursos Hídricos, dando publicidade dos resultados.

2.11. Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.

2.11.1 Descrição

72. Esta prioridade contribui para o Subprograma III.9 - Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão, do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “desenvolver técnicas de suporte à tomada de decisão, visando orientar o gerenciamento e planejamento do uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica”. Os executores são ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.11.2 Meta PPA 2012-2015

73. Não há meta formalizada.

2.11.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

74. Não foram feitas recomendações em relação a esta prioridade.

2.11.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

75. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) o programa Acquanet, sistema de suporte a decisão desenvolvido pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, foi utilizado durante a etapa de prognóstico do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Piranhas-Açu para verificar o atendimento às demandas futuras e apoiar a proposição das intervenções na bacia, especialmente as diretrizes para alocação de água. Além disso, foi utilizado na simulação e definição das novas regras do marco regulatório da bacia. Este modelo também pode ser utilizado em outras bacias. Com recursos do CTHIDRO foram desenvolvidos também outros modelos, testados em diferentes estudos de caso, que podem ser utilizados

2.11.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

76. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Constituir um acervo dos sistemas de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água, desenvolvidos e em desenvolvimento, como, por exemplo, aqueles financiados pelo do CTHIDRO.
- Implantar pilotos de sistemas para sua avaliação e validação como ferramenta para gestão.

2.12. Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos

2.12.1 Descrição:

77. Esta prioridade contribui para a implementação Subprograma III.6 - Planos de recursos

hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso, do Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “desenvolver propostas de diretrizes para a internalização do tema das mudanças do clima na gestão de recursos hídricos”. Os executores são SRHU-MMA, ANA e CNRH.

2.12.2 Meta PPA 2012-2015

78. Não há meta formalizada.

2.12.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

79. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Desenvolver estudos integrados e programas de ações por Região Hidrográfica referentes ao (a) monitoramento de variáveis climáticas; (b) programas de mitigação; (c) gestão integrada; (d) implementação dos instrumentos da Política; ii) Promover estudos para a avaliação de cenários de referência regionalizados de mudanças do clima, objetivando a incorporação desta variável na elaboração de cenários de segurança dos recursos hídricos, visando adaptações às mudanças do clima; iii) Integrar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com os instrumentos da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); e iv) Desenvolver, de forma participativa e descentralizada, conteúdo mínimo sobre a gestão de recursos hídricos e suas relações com as mudanças climáticas.

2.12.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

80. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), a partir de 2013, os planos de bacias hidrográficas em elaboração e em revisão pela ANA e também o do Estado de Goiás (PERH/GO) passaram a introduzir a simulação dos efeitos das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica em um dos cenários, geralmente, o crítico. Também há estudos em desenvolvimento para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima – Rede Água, desenvolvido pelo MMA/SMCQ, com o apoio da ANA e da SRHU. O estudo “Adaptação do planejamento e da operação dos recursos hídricos à variabilidade e mudanças climáticas na bacia do rio São Francisco”, também é outra iniciativa voltada à temática.

2.12.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

81. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Avaliar a adoção do modelo climático para o Brasil em desenvolvimento pelo INPE para aprimorar os modelos de simulação nas várias escalas e incorporar esta variável na elaboração de cenários de segurança dos recursos hídricos, com foco principal na questão de oferta de água;
- Desenvolver estudos integrados e avaliação de cenários regionais envolvendo a variável mudanças climáticas e o impacto na escala hidrológica;
- Definir diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos considerando as experiências em desenvolvimento e os aspectos conjunturais e estruturais da gestão de recursos hídricos do país;
- Desenvolver estudos integrados e programas de ações por Região Hidrográfica referentes ao (a) monitoramento de variáveis climáticas; (b) programas de mitigação; (c) gestão integrada; (d) implementação dos instrumentos da Política;
- Integrar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com os instrumentos da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA);

- Desenvolver, de forma participativa e descentralizada, conteúdo mínimo sobre a gestão de recursos hídricos e suas relações com as mudanças climáticas.

2.13. Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.

2.13.1 Descrição

82. Esta atividade contribui para a implementação do Subprograma IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos, do Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH. O objetivo é “*promover o desenvolvimento científico e tecnológico da gestão de recursos hídricos, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão aos conhecimentos auferidos*”. Os executores são ANA, SRHU-MMA e MCT.

2.13.2 Meta PPA 2012-2015

83. Não há meta formalizada.

2.13.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

84. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Desenvolver pesquisas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e metodológico do aproveitamento sustentável dos recursos hídricos; ii) Desenvolver pesquisas voltadas à modelagem dos seis biomas brasileiros para a conservação e manutenção dos recursos hídricos, considerando os possíveis efeitos das mudanças do clima; iii) Desenvolver pesquisas de modelagem hidrológica quali-quantitativa voltadas à determinação de modelos de cargas difusas e concentradas; iv) Socializar os resultados das pesquisas no prazo de até 1 ano após a sua conclusão; v) Criar selo para o reconhecimento de processos produtivos que utilizam a água de forma sustentável; e vi) Implantar uma plataforma de boas práticas de gestão de recursos hídricos para a difusão de conhecimentos e tecnologia, incluindo a tecnologia social.

2.13.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

85. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) não apresenta informações sobre a implementação desta prioridade.

2.13.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

86. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Recomendar à CTCT/CNRH coordenar o levantamento, sistematização e amplo acesso ao acervo de pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento e como contribuem para SINGREH, incluindo os relatórios disponíveis nos órgãos de fomento.
- Criar plataforma de divulgação das pesquisas e resultados, incluindo um sumário em linguagem leiga;
- Criar mecanismos para sistematizar e divulgar as iniciativas existentes, como por exemplo Prêmio ANA de boas práticas, tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil, dentre outras;
- Desenvolver pesquisas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e metodológico do aproveitamento sustentável dos recursos hídricos;
- Desenvolver pesquisas voltadas à modelagem dos seis biomas brasileiros para a conservação e manutenção dos recursos hídricos, considerando os possíveis efeitos das mudanças do clima;

- Desenvolver pesquisas de modelagem hidrológica quali-quantitativa voltadas à determinação de modelos de cargas difusas e concentradas;
- Socializar os resultados das pesquisas no prazo de até 1 ano após a sua conclusão;
- Implantar uma plataforma de boas práticas de gestão de recursos hídricos para a difusão de conhecimentos e tecnologia, incluindo a tecnologia social, acessível pela internet.

2.14. Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o SINGREH

2.14.1. Descrição

87. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos, do Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH. O objetivo é “difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas”. Os executores são a SRHU-MMA e a ANA.

2.14.2. Meta PPA 2012-2015

88. Não há meta formalizada.

2.14.3. Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

89. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Estabelecer estratégia de comunicação no âmbito do SINGREH e com a sociedade, sob os enfoques nacional e regional; ii) Implantar Plano de Comunicação para o SINGREH e com a sociedade; iii) Constituir uma rede de troca de experiências sociambientais para o SINGREH; e iv) Constituir uma rede nacional de Conselhos de Recursos Hídricos.

2.14.4. Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

90. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), a ANA, a SRHU e a CTEM/CNRH capitanearam algumas iniciativas relacionadas ao tema, tais como a realização de oficinas temáticas sobre comunicação no SINGREH durante o XIV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (SRHU e CTEM/CNRH); a parceria entre ANA e Fundação Roberto Marinho para produção do kit didático “Caminho das Águas” para utilização em escolas situadas nas bacias do Paraíba do Sul, São Francisco, Doce e PCJ; o desenvolvimento do projeto de comunicação, mobilização e planejamento participativo para a construção do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Paranapanema.

2.14.5. Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

91. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Assegurar acesso público dos registros de experiências relativas a Planos de Comunicação;
- Avaliar a necessidade de deliberação do CNRH sobre um plano de comunicação social e difusão de informações no âmbito do SINGREH;
- Estabelecer e implantar estratégia de comunicação no âmbito do SINGREH com a sociedade, sob os enfoques nacional e regional.
- Apoiar as iniciativas de comunicação social em andamento no SINGREH, por meio do desenvolvimento de metodologias e diretrizes gerais.
- Constituir uma rede de troca de experiências sociambientais para o SINGREH, assegurando a documentação de sua produção.

- Desenvolver mecanismos de avaliação da eficácia das iniciativas de comunicação;
- Atender a Resolução nº 98 no tocante à integração dos princípios e diretrizes para educação, desenvolvimento de capacidades, mobilização social e a informação para a gestão integrada de recursos hídricos, na construção e implantação de iniciativas relativas a planos de comunicação.
- Dar publicidade as informações do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH;
- Fomentar a constituição de uma rede nacional de Conselhos de Recursos Hídricos.

2.15. Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do SINGREH e para a sociedade

2.15.1 Descrição

92. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão integrada de recursos hídricos, do Programa IV - Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH. O objetivo é “desenvolver ações de capacitação, voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de educação ambiental focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação do PNRH”. Os executores desta ação são ANA, SRHU-MMA e órgãos gestores estaduais.

2.15.2 Meta PPA 2012-2015

93. 100% órgãos gestores e 30mil pessoas capacitadas.

2.15.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

94. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Realizar o mapeamento inicial da demanda por capacitação no âmbito do SINGREH; ii) Construir projeto político-pedagógico; iii) Desenvolver os processos formativos dirigidos ao público priorizado; iv) Fomentar a capacitação em eco inovação dos grandes usuários da água.

2.15.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

95. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) diversas ações de capacitação e processos formativos vem sendo desenvolvidos pela ANA e SRHU, com destaque para o alcance dos cursos de Educação à Distância (EaD) desenvolvidos pela ANA, que superou a meta prevista no PPA 2012-2015, de 30 mil pessoas capacitadas, em todas as 27 unidades da Federação. A capacitação dos sistemas estaduais e distrital de gerenciamento, através de seus órgãos gestores, no contexto do Programa Pro Gestão, permitiu o atingimento parcial da meta "100% dos órgãos gestores capacitadas" do PPA (acrescentar aspas, para caracterizar o nome da meta no PPA). O foco na qualificação institucional do órgão gestor difere daquele relacionado à capacitação individual dos servidores.

96. O Informe não apresenta informações com relação às recomendações da consulta ao SINGREH.

2.15.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

97. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Realizar o mapeamento inicial da demanda por capacitação no âmbito do SINGREH e definir critérios para a priorização dos públicos-alvo;

- Propor diretrizes e metodologias, em um projeto político-pedagógico, para apoiar as iniciativas desenvolvidas no âmbito do SINGREH.
- Manter e aprofundar os processos formativos em desenvolvimento, estabelecendo critérios para a priorização de públicos, inclusive os em modalidade Educação a Distância;
- Desenvolver módulos/cursos com conteúdos orientados especificamente para os órgãos gestores e demais entes do SINGREH;
- Apoiar cursos em nível de pós-graduação com turmas e conteúdo específicas para os órgãos gestores de recursos hídricos.

2.16.Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.

2.16.1 Descrição

98. Esta prioridade contribui para implementação do Subprograma I.3 - Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhamento com países vizinhos, do Programa I - Estudos Estratégicos de Recursos Hídricos. O objetivo é *“conferir substância e dar consequência aos compromissos e à agenda internacional brasileira, além de reunir dados e informações sobre variáveis que afetam os recursos hídricos do Brasil e que estão localizadas em territórios de países vizinhos”*. Os executores são ANA, SRHU-MMA e órgãos gestores estaduais.

2.16.2 Meta PPA 2012-2015

99. Não há meta formalizada.

2.16.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

100. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Definir plano de ação para a gestão transfronteiriça de recursos hídricos; ii) Identificar oportunidades de articulação para a gestão transfronteiriça com a Argentina e o Uruguai (ex. UGRH Peperi-Guaçu e Uruguai); iii) Implementar ações previstas do Acordo do Rio Apa; iv) Firmar o acordo de gestão compartilhada do Aquífero Guarani; e v) Assinar o acordo trilateral para a gestão do rio Acre.

2.16.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

101. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), a SRHU exerce atividades relativas à coordenação nacional do Programa dos Aquíferos Transfronteiriços da América (ISARM-América) e do Programa Marco para a Gestão Sustentável da Bacia do Prata. Em relação à recomendação de definir plano de ação para a gestão transfronteiriça de recursos hídricos, no âmbito da CTGRHT/CNRH, foi iniciada a discussão sobre a definição de diretrizes sobre a gestão de recursos hídricos em áreas de fronteira, inclusive com a realização de oficina de trabalho que reuniu diversas experiências e apontou encaminhamentos. Há a necessidade de dar continuidade às discussões no âmbito da CT.

2.16.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

102. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Incorporar a questão da gestão fronteira na elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai;
- Levantar e/ou atualizar informações sobre acordos e convenções, assim como sobre projetos em andamento que tenham repercussão na gestão transfronteiriça;

- Fortalecer a atuação da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT/CNRH);
- Definir plano de ação para gestão transfronteiriça de recursos hídricos, com a identificação de oportunidades de articulação com países vizinhos.

2.17. Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.

2.17.1 Descrição

103. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos críticos, do Programa VI - Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. O objetivo é “propiciar aos tomadores de decisão, bases mais sólidas a fim de nortear as políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos contextos de vulnerabilidade hídrica”. O executor é a ANA.

2.17.2 Meta PPA 2012-2015

104. Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000, dos principais rios brasileiros(ANA) e Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos (Ministério das Cidades).

2.17.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

105. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram:i) Realizar o zoneamento das áreas sujeitos a eventos hidrológicos ou climáticos extremos; ii) Avaliar a vulnerabilidade das áreas sujeitas a eventos extremos; iii) Subsidiar a elaboração de planos preventivos da Defesa Civil e de sistemas estaduais e municipais de alerta e planos de contingência no caso da ocorrência dos eventos extremos.

2.17.4Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

106. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), foi finalizado o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, disponível para download no sitio da ANA. Também foram instaladas salas de situação em 25 Estados da federação. O DF e o ES ainda não implantaram (DF e ES). O DF inclusive ainda não tem previsão de implantação.

107. O Ministério das Cidades também desenvolve ação relacionada ao tema, que envolve a implantação e manutenção de um Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Enxurradas e Deslizamentos (SIMOU).

2.17.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

108. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Implantar e manter em operação as salas de situação, assegurada a necessária articulação interinstitucional, bem como equipes e infraestrutura adequadas, possibilitando a geração de informações atualizadas e em tempo real;
- Estimular e apoiar o aprofundamento de zoneamentos de áreas sujeitas a eventos extremos, inclusive com identificação da vulnerabilidade, ao nível dos Estados e do Distrito Federal.

2.18.Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas

2.18.1 Descrição

109. Esta prioridade contribui para a implementação dos Subprogramas VI.4 - Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano e VI.5 - Conservação de solos e água - Manejo de microbacias no meio rural, do Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. O objetivo é “desenvolver mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas das bacias hidrográficas”. Os executores são a ANA e o MMA.

2.18.2 Meta PPA 2012-2015

110. Não há meta definida

2.18.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

111. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Apoiar projetos de conservação de águas, solo e vegetação por meio do PSA; ii) Avaliação continuada da implementação dos programas de PSAs em relação ao cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.

2.18.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

112. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) relata a experiência do Programa Produtor de Água, desenvolvido pela ANA, em conjunto com os Estados e o Distrito Federal, que tem como foco o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Em que pese a implementação dos 15 projetos piloto em nível nacional, o modelo encontra-se em aperfeiçoamento, não tendo ainda recebido a validação necessária para replicação da metodologia em escala no país.

2.18.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

113. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Apoiar projetos de conservação de águas, solo e vegetação por meio do PSA;
- Avaliação continuada da implementação dos programas de PSA em relação ao cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.

2.19. Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais

2.19.1 Descrição:

114. Esta prioridade contribui para a implementação dos Subprogramas VI.4 - Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano e VI.5 - Conservação de solos e água - Manejo de microbacias no meio rural, do Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. O objetivo é “*promover ações integradas visando a recuperação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais*”. O executor é o MMA.

2.19.2 Metas PPA 2012-2015:

115. As metas são

- Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - Média anual;
- Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas;
- Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes.

2.19.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

116. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Definir os critérios para a priorização de bacias; ii) Identificar as bacias hidrográficas prioritárias; iii) Elaborar os projetos de recuperação e conservação das bacias prioritárias; e iv) Iniciar a implantação dos projetos.

2.19.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

117. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), são desenvolvidas ações relacionadas à: i) Redução da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), por meio do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – Prodes, com o objetivo de incentivar novos investimentos do setor de saneamento para ampliação da oferta de serviços de tratamento de esgotos no País. O quantitativo de DBO certificado pelo Prodes em 2012 foi de 35.520 Kg DBO/dia, em 2013 de 20.851 Kg DBO/DIA e até agosto de 2014 de 16.050 Kg DBO/dia; ii) a revitalização de sub-bacias hidrográficas e recuperação de matas ciliares e de nascentes, que envolvem ações de recuperação e conservação ambiental nascentes e microbacias hidrográficas, tendo sido apoiados no período de 2012-2014 projetos em 10 sub-bacias na Região Hidrográfica do São Francisco, além de outros projetos no município de São João do Meriti (RH Atlântico Sudeste), em 3 sub-bacias na RH do Paraguai; entre outros. Além disso, está prevista a contratação pela SRHU de consultoria especializada para realizar um Diagnóstico e Avaliação da Implementação do Programa de Revitalização do São Francisco; iii) a recuperação de matas ciliares e nascentes, até o primeiro semestre de 2014, superou a meta prevista no PPANo entanto, não há informações especificamente sobre os critérios utilizados para as metas estabelecidas no PPA 2011-2014, assim como o atingimento das metas quantitativas estabelecidas naquele instrumento. Ademais, as consultas públicas /2011 ofertaram elementos articulados na forma de roteiro, os quais continuam atuais e relevantes.

2.19.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

118. As propostas da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Rever as metas previstas para esta prioridade, estabelecendo em conjunto com órgãos gestores dos Estados e do Distrito Federal e os demais entes do SINGREH os critérios objetivos para seus estabelecimento e atendimento e assegurando ampla divulgação dos resultados esperados, das ações definidas, dos projetos elegíveis e da avaliação dos resultados.
- Definir os critérios para a priorização de bacias, em especial no Programa Revitalização de Bacias do São Francisco, para o qual é previsto o desenvolvimento de diagnóstico da implementação e plano de ações.
- Apoiar pesquisas em bacias contempladas pelo PSA para a definição de indicadores e critérios de verificação da efetividade das ações implementadas.
- Pactuar com o Ministério das Cidades metas de recuperação e conservação de bacias.

2.20. Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado

2.20.1 Descrição:

119. Esta prioridade contribui para implementação do Subprograma V.1 - Avaliação de impactos setoriais na gestão de recursos hídricos, do Programa V – Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos Hídricos. O objetivo é “identificar e avaliar as demandas de recursos hídricos e os impactos gerados a partir de investimentos, intervenções e, mesmo, de ações institucionais empreendidas por setores usuários sobre a GIRH.” Os executores são a SRHU-MMA, a ANA e os órgãos gestores estaduais.

2.20.2 Metas PPA 2012-2015:

120. Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)

2.20.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

121. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Desenvolver estudos de cenários de demanda e oferta de água para um horizonte de 25 anos, que possibilitem a tomada de decisões para ações e investimentos que garantam o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida e a conservação ambiental.

2.20.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

122. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), a SRHU coordenou a elaboração da Matriz de Coeficientes Técnicos de Uso dos Recursos Hídricos foi desenvolvida para o setor da indústria e da irrigação, que foi validada pela representação dos respectivos setores usuários de recursos hídricos. Não há previsão de desenvolvimento da matriz para o setor saneamento, pois se considerou mais relevante neste momento um trabalho de identificação das lacunas de informações sobre o tema. Ainda em relação ao tema a ANA está coordenando a elaboração dos estudos para o desenvolvimento das Contas Econômicas da Água, com o objetivo de explicitar as demandas de água bruta pelos setores da economia. Também foi contratado um estudo sobre estimativa de demandas e usos consuntivos de água, contemplando a definição de metodologias, a construção de base de dados e a produção, atualização, armazenamento e disponibilização dos resultados das estimativas de demandas e usos ao longo do tempo.

2.20.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

123. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Assegurar o diagnóstico das lacunas de informações para o setor saneamento, propondo os meios para sua superação;
- Desenvolver a Matriz de Coeficientes Técnicos de uso dos Recursos Hídricos para o setor de saneamento, assegurando harmonização das matrizes com os demais setores;
- Desenvolver estudos de cenários de demanda e oferta de água para um horizonte de 25 anos para a tomada de decisões com foco em ações e investimentos que garantam o desenvolvimento econômico articulado com qualidade de vida e conservação ambiental;
- Assegurar compatibilidade de avaliação da demanda por recursos hídricos e os programas de investimentos necessários nos diversos níveis de planejamento do SINGREH, especialmente entre os planos das Bacias Hidrográficas nacionais e os planos estaduais e distrital;
- Estabelecer diretrizes e critérios gerais para a operação do sistema integrado de geração hidroelétrica, tendo em vista os usos múltiplos dos recursos hídricos, além de um programa estruturado de identificação e gerenciamento dos riscos hídricos.

21. Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos

2.21.1 Descrição:

125. Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma V.2 - Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH, do Programa V – Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos

Hídricos. O objetivo é “*assumir uma atitude proativa no sentido de adequar e/ou complementar programas e projetos setoriais com vistas ao seu mútuo ajuste e compatibilidade ante as diretrizes transversais traçadas pelo setor de recursos hídricos. Nesse sentido, destaca-se o estímulo às ações de planejamento setorial sob a ótica de uso múltiplo e integrado desde sua etapa inicial*”. Os executores são o CNRH, a SRHU-MMA e a ANA.

2.21.2 Metas PPA 2012-2015:

126. Não há meta formalizada.

2.21.4 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

127. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Instalar Comitê Interministerial de Articulação de Políticas Setoriais com reflexos sobre a gestão de recursos hídricos; ii) Promover a articulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB); Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC); Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Plano Nacional de Irrigação; dentre outros.

2.21.3 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

128. O Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015) relaciona diversas atividades em desenvolvimento, como o tema Recursos Hídricos no Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, o Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas, o Plano Nacional de Segurança Hídrica e Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, como também deliberações do CNRH relacionadas à Política Nacional de Segurança de Barragens, Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Nacional de Saneamento Básico, que contribuem para a articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.

2.21.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

129. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Instalar Comitê Interministerial de Articulação de Políticas Setoriais com reflexos sobre a gestão de recursos hídricos;
- Promover, no âmbito do CNRH, formas de integração e compatibilização da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos de planejamento e gestão com outras políticas e instrumentos setoriais, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, com ênfase na política de uso e ocupação do solo.

2.22. Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).

2.22.1 Descrição:

130. Esta prioridade contribui para a implementação Programa XIII – Gerenciamento Executivo, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH. O objetivo é “*apoiar executivamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as correções de rumo e os ajustes que se mostrem necessários*”. Os executores são a SRHU-MMA e a ANA.

2.22.2 Meta PPA 2012-2015:

131. Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH).

2.22.3 Recomendações da consulta ao SINGREH em 2011

132. As recomendações da consulta ao SINGREH em 2011 foram: i) Aprimorar e implantar o Sistema de Informações do PNRH; ii) Desenvolver metodologias de monitoramento e avaliação da implementação do PNRH; iii) Avaliar, de forma sistemática e continuada, os cenários do Plano Nacional de Recursos Hídricos; e iv) Mobilizar os Governos Estaduais, por meio de encontros nacionais, para a implementação do PNRH.

2.22.4 Análise da implementação do PNRH (2012-2014)

133. Segundo o Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015 (SRHU, 2015), a concepção, implantação e manutenção do SIGEOR/PNRH e a realização de um diagnóstico e avaliação da implementação do PNRH no período 2006-2014 são ações previstas no âmbito do planejamento estratégico do Ministério do Meio Ambiente.

2.22.5 Recomendações da CTPNRH para 2016-2019

134. As recomendações da CTPNRH para 2016-2019 são as seguintes:

- Implantar o SIGEOR possibilitando o exercício de monitoramento do PNRH, a avaliação de sua implementação e seu aprimoramento contínuo.
- Desenvolver mecanismos dinâmicos e continuados para mobilizar os governos estaduais e distrital para a implementação do PNRH.
- Avaliar, de forma sistemática e continuada, os cenários do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Mobilizar os Governos Estaduais, por meio de encontros nacionais, para a implementação do PNRH.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

135. A Análise da implementação das prioridades do PNRH foi realizada com base no Informe sobre a Implementação do PNRH no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015, elaborado pela SRHU/MMA (2015), com a colaboração da ANA e desta CTPNRH, que não contempla as ações desenvolvidas pelos Estados e o Distrito Federal e nem por outros órgãos do Poder Executivo Federal que atuam em políticas com interface com a gestão dos recursos hídricos.

136. Não obstante, o Informe contribui para uma visão do desenvolvimento das Prioridades do PNRH e das lacunas de implementação a serem preenchidas, servindo como importante insumo para a construção do PPA 2016-2019 do Governo Federal.

137. Para 2015, é importante que o Informe traga também as informações dos Estados e do Distrito Federal em relação à implementação do PNRH, assim como dos outros órgãos do Governo Federal. A CTPNRH considera relevante também que nos próximos Informes, as informações prestadas identifiquem:

- os critérios de priorização na definição de metas pelas instituições responsáveis;
- as ações executadas que contribuem para implementação das prioridades do PNRH, mesmo tratando-se de ações extraorçamentárias ou de regulamentação, que não constem no Plano Plurianual do Governo Federal, Estados e DF;
- as ações que estão sendo executadas pelos Estados, de forma a retratar a implementação do PNRH no âmbito nacional e não somente do Governo Federal;

- os temas em discussão nas Câmaras Técnicas que estão associados às prioridades do PNRH.

138. Cabe destacar a importância de que sejam envidados esforços na complementação das informações para o Informe de 2015, para permitir um balanço do ciclo de implementação do PNRH 2012-2015.

139. A seguir são apresentadas recomendações gerais, aplicáveis ao andamento de todas as prioridades:

- Fortalecer e promover a articulação entre os entes do sistema nacional e dos sistemas estaduais e distrital de recursos hídricos, buscando a efetividade na implementação dos instrumentos de gestão e do PNRH.
- Desenvolver indicadores de monitoramento e avaliação do PNRH.
- Estimular e apoiar o desenvolvimento de estudos relativos à eficiência e eficácia no uso dos recursos hídricos;
- No caso das demandas observar com especial atenção o uso racional e as possibilidades de reúso da água, em particular nas regiões críticas;
- Quanto as disponibilidades considerar cenários com a variável mudanças climáticas e reservação da água, em particular nas regiões críticas;
- Considerar nos instrumentos (plano, enquadramento, cobranças, entre outros), as especificidades das regiões costeiras, semi-árido, água subterrânea e bacias hidrográficas com transposição para construção dos Planos.
- Sistematizar e divulgar boas práticas em gestão dos recursos hídricos.
- Garantir que os produtos de editais sejam organizados em um repositório de fácil acesso e amplamente divulgados.

REFERÊNCIAS

Secretaria de Recursos Hídricos, 2006. **Plano Nacional de Recursos Hídricos. Diretrizes: Volume 3** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006.4 v.: il. Color; 28 cm

SRHU, 2011. **Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015. Brasília: MMA, 2011.**

SRHU, 2015. **Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015.** Brasília: MMA, 2015.

Este é o Parecer.

Em, 13 de fevereiro de 2015.



MARTHA SUGAI
Presidente da CTPNRH/CNRH

ANEXO 1 - Execução orçamentária relacionada ao PNRH no PPA e orçamento do governo federal

PRIORIDADES PNRH 2012-2015		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA LOA 2012	EXECUTOR	LOA 2012	Dotação Atual	Pago 2012
1	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	4980 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	ANA	4.825.000	3.903.979	3.584.749
2	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.	4936 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	ANA	930.000	744.000	270.885
3	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.	1184 - Modernização da Rede Hidrometeorológica	ANA	17.000.000	17.000.000	464.752
		2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica	ANA	29.647.505	29.647.505	20.406.115
		20MN - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos	ANA	19.500.000	25.500.000	14.610.865
4	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.					
5	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	4925 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	ANA	5.642.152	4.706.112	1.611.417
		2D10 - Gerenciamento, Avaliação e Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos	SRHU	515.509	515.509	0
6	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.	124A - Implantação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	ANA	3.000.000	3.000.000	1.926.782
7	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	4926 - Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	ANA	4.920.000	4.647.000	2.290.658
8	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia.					
9	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	2977 - Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e Segurança de Barragens	ANA	3.265.970	2.612.776	640.799
10	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.					
11	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.					
12	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.					
13	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.	8412 - Disseminação de Boas Práticas de Manejo e Conservação de	SRHU	2.000.000	2.000.000	35.989
14	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.					
15	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.	4928 - Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	ANA	4.840.000	5.340.000	3.476.807
16	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.	20M0 - Orientação do Uso e da Conservação dos Aquíferos Fronteiriços	SRHU	200.000	200.000	33.751
17	Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.	6251 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	ANA	5.500.000	5.000.000	2.561.768
18	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	4929 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	ANA	15.240.000	12.192.000	2.353.685
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	2905 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - Prodes	ANA	50.050.000	56.965.901	0
		101P - Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco	SRHU	3.599.910	3.599.910	565.209
		101Q - Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia	SRHU	300.000	300.000	0
		101R - Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul	SRHU	300.000	300.000	0
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	SRHU	0	60.000	0
		2B76 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Rio São Francisco	SRHU	600.000	600.000	0
		7H90 - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	SRHU	14.500.000	14.500.000	0
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.					
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.					
22	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEP/PNRH).	Financiada pela ação 2D10 (já computada na Prioridade 5)	SRHU			
Total				186.376.046	193.334.692	54.834.232

PRIORIDADES PNRH 2012-2015		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA LOA 2013-2015	Plano Orç amentário	EXECUTOR	LOA 2013	Dotação Atual	Pago 2013	RAP Pago 2013	Pago total 2013¹
1	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0009	ANA	4.825.000	15.378.000	9.279.356	18.347	9.297.703
2	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0008	ANA	1.130.000	671.000	384.809		384.809
3	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000E	ANA	13.000.000	12.275.900	1.946.466	14.201.146	16.147.612
4	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000F	ANA	35.472.593	32.669.593	22.287.111	5.793.424	28.080.535
5	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0001	ANA	31.000.000	28.391.000	16.985.124	9.487.381	26.472.505
		20V5 - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	PO.0004	ANA	7.000.000	2.360.000	1.190.334	2.848.775	4.039.109
		20V5 - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	PO.0001	SRHU	1.272.000	1.272.000	163.945		163.945
		20V5 - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	PO.0002		220.000	220.000	0		0
6	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000D	ANA	10.000.000	9.870.000	5.727.551		5.727.551
7	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0005	ANA	7.845.000	5.766.113	2.970.084	1.653.274	4.623.358
8	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia.								
9	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000C	ANA		2.189.331	1.075.679	1.002.236	2.077.915
10	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.								
11	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.								
12	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.								
13	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.	20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0007	SRHU	400.000	400.000	0		0
14	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.								
15	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0006	ANA	4.840.000	3.973.100	3.611.676	623.739	4.235.416
16	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.	20V5 - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos	PO.0004	SRHU	100.000	100.000	0		0
17	Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0008	ANA	5.500.000	2.540.000	1.155.177	648.246	1.803.423
18	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0007	ANA	16.000.000	10.785.232	3.672.178	2.799.583	6.471.761
19	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000A	ANA	50.000.000	67.225.507	48.351.570	56.964.147	105.315.717
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0001	SRHU	3.115.000	3.115.000	92.507	789.785	882.292
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0002	SRHU	100.000	100.000	0		
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0003	SRHU	100.000	100.000	0		
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0000	SRHU	100.000	100.000	0		0
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0006	SRHU	200.000	200.000	0		0
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0000*	SRHU	0	0	0		0
20	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.								
21	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.								
22	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).			SRHU					
Nota:				Total	192.219.593	199.701.776	118.893.567	96.830.083	215.723.650
¹ Pago total 2013 = Rap pago 2013 + Pago LOA 2013									

PRIORIDADES PNRH 2012-2015		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA LOA 2013-2015	Plano Orç amentário	EXECUTOR	LOA 2014	Dotação Atual	Pago 2014	RAP Pago 2014	Pago total 2014¹	Pago 2012-2014
1	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0009	ANA	25.075.000	18.175.000	13.098.666	5.100.000	18.198.666	31.081.118
2	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0008	ANA	1.155.000	260.000	117.271	94.002	211.273	886.967
3	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000E	ANA	22.500.000	21.983.000	740.165	8.243.416	8.983.582	25.595.945
		20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000F	ANA	36.500.000	36.251.188	25.083.047	8.605.038	33.688.085	82.174.735
		Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0001	ANA	33.429.000	32.829.703	20.162.313	10.605.210	71.850.894
4	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0004	ANA	7.554.097	6.574.097	4.680.895	835.273	5.516.168	11.168.894
		20VS - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	PO.0001	SRHU	3.000.000	3.000.000	674.511	518.223	1.192.734	1.356.879
		20VS - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	PO.0002		395.000	395.000	207.936		207.936	207.936
6	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000D	ANA	8.930.000	5.460.739	344.109	4.130.253	4.474.363	12.128.698
7	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0005	ANA	4.912.000	3.125.992	1.022.822	2.614.565	3.637.387	10.551.402
8	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia.									
9	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000C	ANA	2.328.010	3.413.210	2.168.482	303.077	2.471.559	5.190.273
10	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.									
11	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.									
12	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.									
13	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.	20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0007	SRHU	1.008.109	1.008.109	0		0	35.989
14	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.									
15	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0006	ANA	4.840.000	4.920.000	3.730.643	273.239	4.003.882	11.718.105
16	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.	20VS - Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	PO.0004	SRHU	755.000	755.000	160.033	90.000	250.033	283.784
17	Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000B	ANA	6.300.000	4.640.000	3.724.163	677.762	4.401.925	8.767.118
18	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.0007	ANA	18.000.000	15.281.477	2.315.529	5.393.590	7.709.119	10.584.585
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	PO.000A	ANA	26.654.450	36.402.808	0	18.873.424	18.873.424	124.189.141
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0001	SRHU	4.120.000	4.120.000	34.952	84.748	119.700	1.567.200
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0002	SRHU						
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0003	SRHU						
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0000	SRHU	250.000	250.000	209.525		209.525	209.525
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0006	SRHU	400.000	400.000	28.668		28.668	28.668
		20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	PO.0000*	SRHU					0	0
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.									
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.									
22	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).			SRHU						
Total					208.105.866	199.245.323	78.503.793	86.441.820	144.945.552	415.503.434

Anexo II – Prioridades do PNRH para 2012-2015 e recomendações da CTPNRH para 2016-2019.

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
1. Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar ações voltadas à consolidação e funcionamento dos comitês existentes, notadamente com respeito ao custeio das entidades delegatárias e ao funcionamento das secretarias executivas; • Estabelecer norma do CNRH para orientar repasse de recursos arrecadados com a cobrança do setor elétrico, visando à sustentabilidade dos comitês e suas respectivas entidades delegatárias ou secretarias executivas; • Atender ao previsto nas Resoluções CNRH nos 101 e 128 no que se refere à instalação dos colegiados gestores desses Planos, visando à gradual criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, respectivamente, da bacia do Tocantins-Araguaia e das bacias de afluentes da Margem Direita do Amazonas; • Definir as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de rios de domínio da União na Região Hidrográfica Amazônica em atendimento ao disposto na Resolução nº 109, 13 de abril de 2010; • Definir os critérios de priorização das bacias para o fomento da criação de comitês de bacia, considerada a necessidade de articulação e governança entre Governo Federal, Governos Estaduais e Distrital.
2. Ampliação do cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer estratégia para o cadastramento e regularização dos usos e usuários, com metas definidas tendo em vista preferencialmente as bacias prioritárias e desagregadas de acordo com a criticidade das bacias; • Dar continuidade ao processo de cadastramento e regularização dos usos e usuários, com a realização de campanhas sincronizadas de cadastramento dos usuários de rios de domínio dos Estados e do Distrito Federal e da União; • Avançar no cadastramento de efluentes, adotando como referência o “Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas”, em desenvolvimento pela ANA em parceria com o Ministério das Cidades.
3. Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar com a operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Nacional e com a modernização de estações e equipamentos; • Alinhar os critérios, entre os entes envolvidos, para a

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
	<p>priorização de bacias hidrográficas para implantação ou ampliação do monitoramento quali-quantitativo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias hidrográficas com trechos críticos e aquíferos prioritários, para apoiar a gestão dos recursos hídricos, em particular, o enquadramento; • Integrar as informações das diferentes redes de monitoramento, dentre as quais as mantidas pelos setores usuários, e disponibilizar as informações geradas ao acesso público
<p>4. Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer metas junto aos Estados e ao DF, dando prioridade às bacias hidrográficas onde há planos de recursos hídricos, ou conflitos instalados; • Manter os Sistemas de Informação com dados atualizados; • Disponibilizar módulos de compatibilização e integração do SNIRH, dos Sistemas dos Estados e do Distrito Federal; • Capacitar as equipes responsáveis pela integração dos Sistemas de Informação.
<p>5. Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver critérios para a priorização da elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas onde não existem Comitês; • Implementar, revisar e atualizar os planos, em particular onde não existem Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme Resoluções CNRH nº 101/2009, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins-Araguaia; 128/2011, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas e 145/2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas; • Definir metodologia para delineamento de áreas sujeitas à restrição de uso, considerando as especificidades locais, com vistas à proteção dos recursos hídricos e conservação da biodiversidade aquática (ecorregiões aquáticas), visando orientar o planejamento de recursos hídricos; • Avaliar a efetividade dos planos de recursos hídricos e propor novas estratégias de implementação; • Incluir a variável de mudanças climáticas na elaboração de cenários dos planos de recursos hídricos;

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a implementação dos instrumentos, prevendo ações efetivas para tal; • Contemplar nos planos a avaliação da segurança hídrica e propor medidas de prevenção, mitigação dos riscos hídricos, considerando as mudanças climáticas, onde couber; • Estabelecer indicadores para avaliação e acompanhamento da implantação dos Planos.
6. Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer normas complementares para a elaboração, análise e aprovação de propostas de enquadramento, incluindo a questão da articulação com os Estados e o DF, e a definição de metas intermediárias; • Apoiar a realização de seminários e oficinas para discussão do instrumento enquadramento dos corpos d'água, para a consolidação e disseminação de conceitos e bases legais aplicáveis, bem como de requisitos mínimos de sistema de informações e de monitoramento quali-quantitativo; • Definir metodologia para a estimativa do lançamento das cargas difusas em corpos d'água, provenientes da agropecuária, drenagem urbana e disposição de resíduos sólidos, com a adoção de bacia piloto para avaliação da metodologia.
7. Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	<ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidade às ações de harmonização do instrumento de outorga, priorizando bacias com problemas de escassez; • Implementar as ações previstas no Detalhamento do Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integradas ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH no que se refere a integração dos respectivos instrumentos; • Definir critérios e procedimentos de outorga para água superficiais e subterrâneas, como também para as regiões onde há interferência entre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos considerando a necessária articulação entre Governo Federal e Unidades da Federação, particularmente no caso de compartilhamento de aquífero; • Estabelecer normas e critérios gerais para a alocação de água; • Estabelecer regras e normativos que dêem segurança jurídica para adoção da prática

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
	da redundância de captação de água, como uma das possíveis alternativas para os programas de contingenciamento no âmbito empresarial.
8. Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer normas com critérios objetivos e transparentes para a formação dos preços, avaliação do impacto nos setores usuários, mecanismos de incentivo a conservação dos recursos hídricos, conteúdo mínimo para estudos de fundamentação da cobrança e suas revisões, bem como para o processo de implantação nos comitês; • Assegurar o uso da cobrança como instrumento de gestão.
9. Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento da capacidade institucional e técnica para a fiscalização nos Estados e DF, visando integrar informações, monitoramento e sistemas de apoio a decisão; • Incentivar o automonitoramento (autodeclaração) de água utilizada pelo usuário e visita aleatória de fiscalização.
10. Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir as prioridades de investimento do CTHIDRO em pesquisa e inovação para fortalecimento do SINGREH; • Identificar e apoiar a diversificação de fontes de receitas para a sustentabilidade econômico-financeira na gestão dos recursos hídricos, considerando inclusive os recursos oriundos da compensação financeira paga pelo setor elétrico; • Revisar o arcabouço legal relativo à sustentabilidade financeira e Fundos de Recursos Hídricos; • Adequar os órgãos gestores estaduais e distrital para a gestão dos Fundos de Recursos Hídricos; • Apoiar a implementação dos fundos de recursos hídricos, com vistas à melhor gestão e transparência dos mesmos; • Acompanhar formal e sistematicamente a aplicação dos recursos dos Fundos de Recursos Hídricos, dando publicidade dos resultados.
11. Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir um acervo dos sistemas de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água, desenvolvidos e em desenvolvimento, como, por exemplo, aqueles financiados pelo do CTHIDRO;

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar pilotos de sistemas para sua avaliação e validação como ferramenta para gestão.
12. Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a adoção do modelo climático para o Brasil em desenvolvimento pelo INPE para aprimorar os modelos de simulação nas várias escalas e incorporar esta variável na elaboração de cenários de segurança dos recursos hídricos, com foco principal na questão de oferta de água; • Desenvolver estudos integrados e a avaliação de cenários regionais envolvendo a variável mudanças climáticas e o impacto na escala hidrológica; • Definir diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos considerando as experiências em desenvolvimento e os aspectos conjunturais e estruturais da gestão de recursos hídricos do país; • Desenvolver estudos integrados e programas de ações por Região Hidrográfica referentes ao (a) monitoramento de variáveis climáticas; (b) programas de mitigação; (c) gestão integrada; (d) implementação dos instrumentos da Política; • Integrar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com os instrumentos da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); • Desenvolver, de forma participativa e descentralizada, conteúdo mínimo sobre a gestão de recursos hídricos e suas relações com as mudanças climáticas.
13. Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendar à CTCT/CNRH coordenar o levantamento, sistematização e amplo acesso ao acervo de pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento e como contribuem para SINGREH, incluindo os relatórios disponíveis nos órgãos de fomento; • Criar plataforma de divulgação das pesquisas e resultados, incluindo um sumário em linguagem leiga; • Criar mecanismos para sistematizar e divulgar as iniciativas existentes, como por exemplo Prêmio ANA de boas práticas, tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil, dentre outras; • Desenvolver pesquisas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e metodológico do

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
	<p>aproveitamento sustentável dos recursos hídricos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver pesquisas voltadas à modelagem dos seis biomas brasileiros para a conservação e manutenção dos recursos hídricos, considerando os possíveis efeitos das mudanças do clima; • Desenvolver pesquisas de modelagem hidrológica quali-quantitativa voltadas à determinação de modelos de cargas difusas e concentradas; • Socializar os resultados das pesquisas no prazo de até 1 ano após a sua conclusão; • Implantar uma plataforma de boas práticas de gestão de recursos hídricos para a difusão de conhecimentos e tecnologia, incluindo a tecnologia social, acessível pela internet.
<p>14. Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar acesso público dos registros de experiências relativas a Planos de Comunicação; • Avaliar a necessidade de deliberação do CNRH sobre um plano de comunicação social e difusão de informações no âmbito do SINGREH; • Estabelecer e implantar estratégia de comunicação no âmbito do SINGREH com a sociedade, sob os enfoques nacional e regional. • Apoiar as iniciativas de comunicação social em andamento no SINGREH, por meio do desenvolvimento de metodologias e diretrizes gerais. • Constituir uma rede de troca de experiências sociambientais para o Singreh, assegurando a documentação de sua produção. • Desenvolver mecanismos de avaliação da eficácia das iniciativas de comunicação; <p>Atender a Resolução nº 98 no tocante à integração dos princípios e diretrizes para educação, desenvolvimento de capacidades, mobilização social e a informação para a gestão integrada de recursos hídricos, na construção e implantação de iniciativas relativas a planos de comunicação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar publicidade as informações do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH; • Fomentar a constituição de uma rede nacional de Conselhos de Recursos Hídricos.
<p>15. Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o mapeamento inicial da demanda por capacitação no âmbito do Singreh e definir critérios para a priorização dos públicos-alvo;

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
do Singreh e para a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Propor diretrizes e metodologias, em um projeto político-pedagógico, para apoiar as iniciativas desenvolvidas no âmbito do SINGREH. • Manter e aprofundar os processos formativos em desenvolvimento, estabelecendo critérios para a priorização de públicos, inclusive os em modalidade Educação a Distância; • Desenvolver módulos/cursos com conteúdos orientados especificamente para os órgãos gestores e demais entes do Singreh; • Apoiar cursos em nível de pós-graduação com turmas e conteúdo específicas para os órgãos gestores de recursos hídricos.
16. Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporar a questão da gestão fronteira na elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai; • Levantar e/ou atualizar informações sobre acordos e convenções, assim como sobre projetos em andamento que tenham repercussão na gestão transfronteiriça; • Fortalecer a atuação da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT/CNRH); • Definir plano de ação para a gestão transfronteiriça de recursos hídricos, com a identificação de oportunidades de articulação com países vizinhos.
17. Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar e manter em operação as salas de situação, assegurada a necessária articulação interinstitucional, bem como equipes e infraestrutura adequadas, possibilitando a geração de informações atualizadas e em tempo real; • Estimular e apoiar o aprofundamento de zoneamentos de áreas sujeitas a eventos extremos, inclusive com identificação da vulnerabilidade, ao nível dos Estados e do Distrito Federal.
18. Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos de conservação de águas, solo e vegetação por meio do PSA; • Avaliação continuada da implementação dos programas de PSA em relação ao cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.
19. Recuperação e conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Rever as metas previstas para esta prioridade,

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	<p>estabelecendo em conjunto com órgãos gestores dos Estados e do Distrito Federal e os demais entes do SINGREH os critérios objetivos para seus estabelecimento e atendimento e assegurando ampla divulgação dos resultados esperados, das ações definidas, dos projetos elegíveis e da avaliação dos resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir os critérios para a priorização de bacias, em especial no Programa Revitalização de Bacias do São Francisco, para o qual é previsto o desenvolvimento de diagnóstico da implementação e plano de ações. • Apoiar pesquisas em bacias contempladas pelo PSA para a definição de indicadores e critérios de verificação da efetividade das ações implementadas. • Pactuar com o Ministério das Cidades metas de recuperação e conservação de bacias.
20. Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o diagnóstico das lacunas de informações para o setor saneamento, propondo os meios para sua superação; • Desenvolver a Matriz de Coeficientes Técnicos de uso dos Recursos Hídricos para o setor de saneamento, assegurando harmonização das matrizes com os demais setores; • Desenvolver estudos de cenários de demanda e oferta de água para um horizonte de 25 anos para a tomada de decisões com foco em ações e investimentos que garantam o desenvolvimento econômico articulado com qualidade de vida e conservação ambiental; • Assegurar compatibilidade de avaliação da demanda por recursos hídricos e os programas de investimentos necessários nos diversos níveis de planejamento do SINGREH, especialmente entre os planos das Bacias Hidrográficas nacionais e os planos estaduais e distrital; • Estabelecer diretrizes e critérios gerais para a operação do sistema integrado de geração hidroelétrica, tendo em vista os usos múltiplos dos recursos hídricos, além de um programa estruturado de identificação e gerenciamento dos riscos hídricos.
21. Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar Comitê Interministerial de Articulação de Políticas Setoriais com reflexos sobre a gestão de recursos hídricos; • Promover, no âmbito do CNRH, formas de integração e compatibilização da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos de

Prioridade 2012-2015	Recomendações da CTPNRH para 2016-2019
de recursos hídricos	planejamento e gestão com outras políticas e instrumentos setoriais, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, com ênfase na política de uso e ocupação do solo.
22. Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o SIGEOR possibilitando o exercício de monitoramento do PNRH, a avaliação de sua implementação e seu aprimoramento contínuo. • Desenvolver mecanismos dinâmicos e continuados para mobilizar os governos estaduais e distrital para a implementação do PNRH. • Avaliar, de forma sistemática e continuada, os cenários do Plano Nacional de Recursos Hídricos; • Mobilizar os Governos Estaduais, por meio de encontros nacionais, para a implementação do PNRH.
23. Recomendações Gerais aplicáveis ao andamento de todas as prioridades.	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e promover a articulação entre os entes do sistema nacional e dos sistemas estaduais e distrital de recursos hídricos, buscando a efetividade na implementação dos instrumentos de gestão e do PNRH. • Desenvolver os indicadores de monitoramento e avaliação do PNRH. • Estimular e apoiar o desenvolvimento de estudos relativos à eficiência e eficácia no uso dos recursos hídricos; • No caso das demandas observar com especial atenção o uso racional e as possibilidades de reuso da água, em particular nas regiões críticas; • Quanto as disponibilidades considerar cenários com a variável mudanças climáticas e reservação da água, em particular nas regiões críticas; • Considerar nos instrumentos (plano, enquadramento, cobranças, entre outros), as especificidades das regiões costeiras, semi-árido, água subterrânea e bacias hidrográficas com transposição para construção dos Planos. • Sistematizar e divulgar boas práticas em gestão dos recursos hídricos. • Garantir que os produtos de editais sejam organizados em um repositório de fácil acesso e amplamente divulgados.